

Crise do capital, limites à igualdade substantiva e os desafios para as lutas feministas no Brasil

Leidiane Souza de Oliveira

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: leidiane22@gmail.com

Resumo: Neste artigo apontamos alguns aspectos referentes à articulação das lutas das mulheres no contexto da crise do capital e suas implicações contemporâneas para a organização da classe trabalhadora e as particularidades das lutas feministas nesse processo. Para tanto, destacamos como primeiro aspecto a necessária vinculação da luta feminista às lutas da classe trabalhadora; um segundo aspecto destacado é a problematização, no contexto mais amplo, do lugar das mulheres como sujeitos particulares; e, por último, apontamos os limites para as conquistas das mulheres, tomadas enquanto parte das conquistas mais gerais, na perspectiva da igualdade substantiva, que, por sua vez, exige a superação das implicações postas pelo próprio movimento de desenvolvimento e expansão do capital. Nesse sentido, apontamos ao longo do texto os limites da crise do capital para o alcance da igualdade substantiva e, nesse contexto, os desafios postos para as lutas feministas no Brasil.

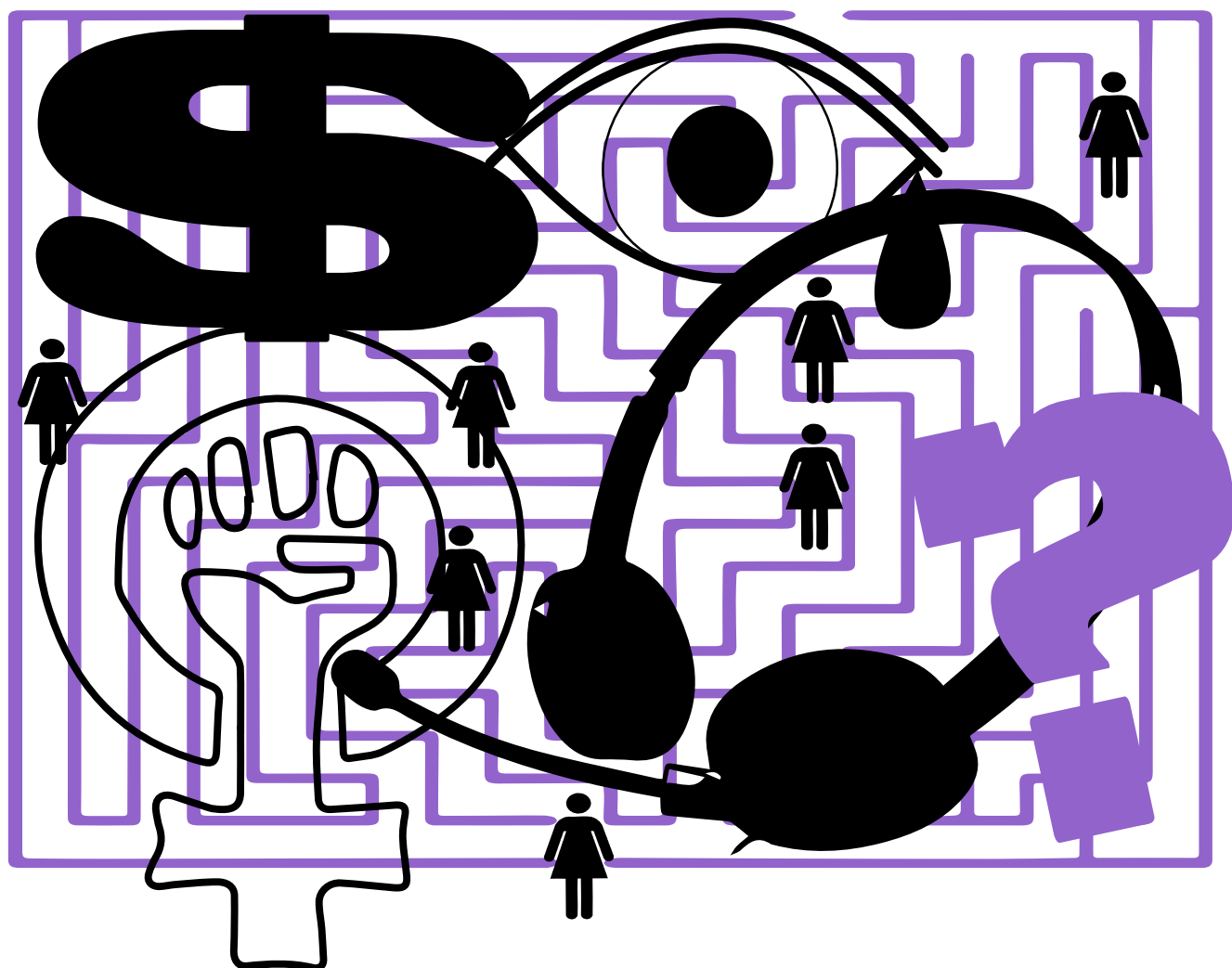
Palavras-chave: Crise do Capital. Igualdade substantiva. Lutas feministas.

1. Lutas feministas no contexto da crise do capital: situando a problemática

O contexto político e social contemporâneo nos mostra inúmeras consequências dos limites postos para a humanidade pelo desenvolvimento destrutivo desencadeado pelo capital em suas reiteradas investidas para manter-se vigente, gerando, para tanto, o

aprofundamento das desigualdades, sendo esse conjunto de elementos caracterizado como *crise estrutural*, à medida em que seus sintomas se multiplicam e despontam seus limites estruturais, conforme aponta Mészáros (2009).

A atual configuração da expansão capitalista sob o império das finanças em nível mundial tem colocado para as lutas sociais o desafio de organizar e enfrentar as massivas demissões, o avanço do pauperismo,



as desarticulações das lutas classistas, o desmonte das conquistas de direitos para os trabalhadores e as trabalhadoras e as manobras do Estado para manter a irrestrita fidelidade à expansão capitalista em detrimento de conquistas políticas e civis já alcançadas pelos diferentes sujeitos políticos em suas lutas.

Nesses termos, destacamos as implicações da ofensiva capitalista na esfera produtiva e para além dela, com intercorrências que afetam diretamente a organização política de classe. Conforme nos adverte Tonet (2009): “todas as outras dimensões da vida humana – política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar – são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade” (p. 109).

No conjunto das lutas sociais e dos desafios interpostos para a organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras, particularizamos nesse texto as lutas feministas, considerando alguns aspectos no tocante a esse movimento em particular.

O primeiro desses aspectos é que, no contexto da crise do capital, os desafios postos para as mulheres não podem ser tratados isolados da totalidade da vida social, permeada por contradições inerentes à forma de desenvolvimento e de reprodução capitalistas. É fundamental, a partir dessa perspectiva metodológica de análise, demarcar que: “A mulher, com sua opressão específica e carregando sobre os ombros o mito da inferioridade feminina, não existe em si mesma, isolada do conjunto do modo de produção. Ela só existe nesse contexto e assim deve ser compreendida” (TOLEDO, 2012, p. 12).

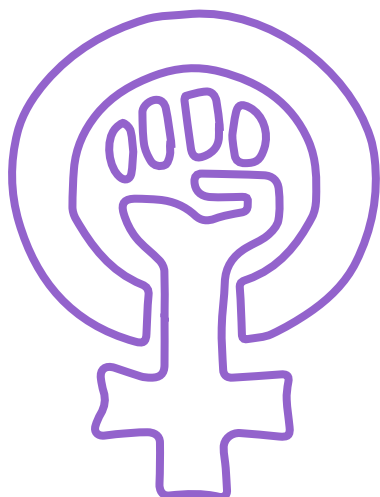
Um segundo aspecto é que, mesmo inseridas na totalidade das relações sociais submetidas ao conjunto das determinações capitalistas gerais, havemos de destacar a questão das mulheres como uma particularidade histórica e humana, que, se por um lado, pressupõe essa ligação com a sociabilidade de modo mais amplo, exige, por outro, apontar os desafios do ser mulher no contexto da ofensiva capitalista, em questões referentes à inserção das mulheres no traba-

lho, divisões de tarefas, apropriação e mercantilização do corpo, participação política em espaços como sindicatos, movimentos e partidos, como nos chama a atenção Kartchevsky-Bulport:

O debate subjacente às lutas e reivindicações coloca em pauta não somente o problema da *articulação* entre vida familiar e vida profissional (questionando de algum modo a divisão tradicional do trabalho), mas discute também mais globalmente a organização social da vida cotidiana (instalações para uso coletivo, como creches, por exemplo) e descompartmenta os problemas de ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política e sindical (contracepção, aborto, creches) [...] (1986, p. 15) (*grifos do autor*).

Um último aspecto, sintetizando os dois anteriores, é que, ressaltadas as particularidades das mulheres, numa obrigatória mediação entre essas particularidades e a totalidade social, impõe-se a igualdade substantiva como horizonte da luta mais geral, sendo esta um determinante para o alcance da emancipação de todos os sujeitos e, nesse movimento, se apresentarem as reais possibilidades de uma emancipação das mulheres.

Cabe destacar que, diante da capacidade destrutiva do capital, o horizonte da igualdade substantiva e a organização para as lutas em direção a ela enfrentam um tortuoso caminho, diante do fato de que “é largo o leque de fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem tardia do capital, [...] que esta ordem só tem a oferecer, contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social” (NETTO, 2013, p. 33).



Sem confundir pessimismo do tempo histórico com fatalismo, apontamos nos tópicos seguintes os limites postos para a igualdade substantiva no contexto da expansão do capital e suas investidas de restauração, bem como os desafios para as lutas do feminismo brasileiro frente às implicações da crise contemporânea atual para a vida social, destacando a necessidade da organização coletiva das mulheres e sua necessária articulação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

2. Expansão destrutiva do capital e os limites históricos para a igualdade substantiva

Muitos estudos em torno das transformações do modo de produção capitalista, das teorias administrativas e das formas organizativas do trabalho têm se apresentado, sobretudo em momentos distintos da história, geralmente marcados por significativas mudanças (como é evidente ter acontecido em 1930, 1970 e em 2008), cujas saídas históricas encontradas pelo capitalismo para se reerguer nesses momentos culminaram em perdas cumulativas para os trabalhadores e as trabalhadoras e revelam que serão cada vez medidas mais recorrentes, implicando aumento exponencial das desigualdades que lhe são inerentes.

Nesse sentido, lançamos mão dos argumentos utilizados por Mészáros (2009) ao caracterizar a crise do capital não como diferentes crises, que se expressam em ciclos, mas como um movimento contínuo, com aprofundamentos sequenciais, estando, nas suas próprias palavras, “destinada a piorar consideravelmente” (p. 17); o que nos revela que, no interior de seu movimento, o modo de produção capitalista se desenvolve na constante contradição entre a expansão da produção, em escala cada vez maior e mundializada, e os limites de sua circulação e consumo, se valendo de mecanismos de exploração e alienação para a classe trabalhadora, como guerras, pauperização extrema e fome:

Alguém pode pensar numa *maior acusação* para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: no auge do seu poder produtivo,

está produzindo uma crise alimentar global e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual “divisão” do seu custo astronômico (MÉSZÁROS, 2009, p. 21) (*grifos do autor*).

Configurando-se como incontrolável, o capital, enquanto sistema mundial, potencializa seu processo de expansão de modo cada vez mais destrutivo, hoje caracterizado pela financeirização e pelo modelo flexível nas relações de trabalho, dos quais são decorrentes o desemprego em proporções cada vez maiores, a informalidade nos empregos, maior sutileza no controle da força de trabalho, como proposta do modelo flexível de acumulação, disputa entre os trabalhadores, condições desumanas de realização do trabalho, apropriação da riqueza socialmente e coletivamente produzida nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, tudo isso com o auxílio do Estado.

Situando a atualidade desse processo no contexto da crise do capital e da expansão do lucro via financeirização, envolta nos marcos do capitalismo de monopólios, denominando a sociedade atual como tardo-burguesa, Netto (2013)¹ apresenta como características atuais do processo de restauração capitalista: acentuado padrão de competitividade intermonopolista; sensíveis modificações na estrutura de classe da sociedade burguesa, que alteram o *perfil demográfico* das populações; mudanças na estrutura da família; e inserção de uma *cultura do consumo* e considerável redimensionamento do Estado burguês.

Em si, esses são aspectos que, dentre tantos outros não retomados aqui, contribuem para o atendimento dos interesses capitalistas na perspectiva da acumulação e da garantia do lucro, configurando um processo de expansão destrutiva, à medida em que, nesse movimento, questões que perpassam desde o modo de vida cotidiano até as perdas dos direitos resultantes do processo de luta da classe trabalhadora concorrem para evidenciar os limites da igualdade formal burguesa e enfatizar a urgência de sua superação como única forma de materializar as capacidades numa perspectiva de igualdade realmente possível, substantiva.

Um aspecto que merece destaque nesse contexto é o neoliberalismo, enquanto teoria que “propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2011, p. 12).

É essa perspectiva teórica que orienta as práticas econômicas na Europa a partir da segunda metade da década de 1970, embasando-se no liberalismo clássico, mas, acima de tudo, orientando novas perspectivas de lucro para o capital, após um período de expansão dos lucros que combinou crescimento na produção e no consumo com medidas de proteção social que caracterizaram o chamado Estado de Bem-Estar.

Nesse sentido:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas de soberania no Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2011, p. 13).

Configurando-se como incontrolável, o capital, enquanto sistema mundial, potencializa seu processo de expansão de modo cada vez mais destrutivo, hoje caracterizado pela financeirização e pelo modelo flexível nas relações de trabalho [...] com o auxílio do Estado.

Nos marcos da crise do capital, entendemos que o seu caráter estrutural se apresenta tanto em nível do processo de mundialização que lhe acompanha, como pelo fato desta atingir as dimensões produtiva e reprodutiva da vida humana. Para atingir a finalidade da restauração e saída emergencial da crise, o capital conta com o tácito apoio do Estado na condução de seu projeto, sendo o neoliberalismo um mecanismo ao qual o Estado e o capital recorrem para o atendimento das necessidades do mercado.

Como atesta Mészáros: “A tendência objetiva inerente à natureza do capital [...] abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital” (2009, p. 54), de modo que os limites postos pela crise estrutural, ao impulsionar processos que destituem direitos, contrariam as reformas sociais, aumentam as formas e os níveis de exploração da força de trabalho e deslegitimam conquistas anteriormente alcançadas e também evidenciam os limites da igualdade formal em uma sociabilidade cujas configurações dos direitos, ainda que sob forte pressão da classe trabalhadora e de suas frações, é sempre capitaneada pelo poder de decisão da classe que decide e, nesse processo, acaba por denunciar os limites da igualdade e evidenciar a necessidade das lutas que extrapolem os limites do capital, em um processo a ser coletivamente e estrategicamente construído, na perspectiva de uma igualdade que atenda às necessidades da humanidade.

O aumento das desigualdades e o nível de barbarização da vida humana nos apresenta atualmente um contexto de profundo fortalecimento da propriedade privada como fio condutor dos valores sociais e culturais, sendo elementos como o individualismo e a transferência para o indivíduo da responsabilidade pela sua condição social entraves para a produção de uma consciência crítica que desmistifique os limites

O contexto atual aponta para a urgente necessidade de entender a igualdade como elemento que extrapola as barreiras da liberdade civil e política, apontando para a emancipação humana, sob a qual o sentido da liberdade dos sujeitos, como resultados de relações iguais entre os indivíduos [...]

da vida social no capitalismo, cujo consumo determina as concepções de classe, fugindo ao lugar social que os sujeitos ocupam na vida cotidiana e tratando-a como uma questão de renda ou de degraus, a serem alcançados ou não.

A esse respeito, corroboramos com TONET (2009), ao afirmar que:

A falência dos valores tradicionais, que, de alguma forma, faziam uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa

exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espalha por toda a vida cotidiana (p. 120).

Se o caminho oferecido pelo capitalismo tem sido o da desumanização, as forças contrapostas a essa sua lógica destrutiva necessitam elaborar estratégias na perspectiva de sua superação, em defesa da potencialidade das capacidades humanas, ainda mais quando os limites absolutos do capital estiverem à mostra, evidenciando as forças antagônicas no seu interior.

O contexto atual aponta para a urgente necessidade de entender a igualdade como elemento que extrapola as barreiras da liberdade civil e política, apontando para a emancipação humana, sob a qual o sentido da liberdade dos sujeitos, como resultados de relações iguais entre os indivíduos, cuja impossibilidade de acontecer no capitalismo vem sendo demonstrada quanto mais os limites estruturais desse sistema são postos na realidade. Conforme Mészáros, a saída do capitalismo, que já se coloca como grande desafio às forças de esquerda internacionais, só faz sentido se articulada a um projeto de socialismo.

Ideias e projetos levados a cabo pelos sujeitos individuais e coletivos referem-se aqui à capacidade única e exclusivamente dos seres humanos, constituídos conforme Lukács (*apud* LESSA, 2007, p. 24-25) por três esferas ontológicas distintas do ser social:

[...] a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.

Se é por meio do trabalho – mediação central para a realização do ser humano – que homens e mulheres se reconhecem como iguais e como humanos e se no capitalismo a realização de atividades identificadas como trabalho sofrem um processo de alienação², as outras mediações que constituem os seres – a política, a educação, a cultura – também vão sofrer,

não uniformemente, mas dialeticamente, os rebatimentos desse processo de alienação, que se configura como limites postos ao seu desenvolvimento. Além disso, cada complexo desse guarda com a totalidade social uma relação de determinação recíproca.

No campo das contradições contemporâneas, situamos o capitalismo e o patriarcado³ como objeções ao processo de desenvolvimento das capacidades humano-genéricas, especialmente das mulheres. O movimento de alienação corrobora com desvalores (valores que não se constroem na perspectiva da emancipação humana, mas da desvalorização dos sujeitos), como o preconceito, o racismo, a intolerância, o machismo.

A conjuntura política atual expressa um terreno contraditório entre direitos das mulheres nessa conjuntura de regressão de direitos e de perdas recorrentes para a classe trabalhadora. O contexto neoliberal e seu ideal de desresponsabilização do Estado, privatização e mercantilização impulsionam o individualismo e o conservadorismo identificados no tempo presente.

Destacaremos melhor esses aspectos no próximo tópico, deixando claro que é fundamental entender que os aspectos aqui destacados no tocante à crise do capital afetam a vida de homens e mulheres de modo geral e as mulheres, na sua particularidade humana e política, enfrentam alguns desafios que lhes são próprios dessa condição.

3. Desafios postos para as mulheres brasileiras frente à crise contemporânea

No seu processo de humanização, homens e mulheres desenvolvem capacidades emancipadoras de sua condição humana, como a **sociabilidade** e o reconhecimento de uma reciprocidade social, a partir do reconhecimento no outro da sua condição humana; o exercício ativo da **consciência**, que se refere à capacidade, não de criar a materialidade, mas de, diante da realidade, formular estratégias perante ela, abrindo espaço para escolhas; nesse sentido, nos deparamos com o exercício da **liberdade**, enquanto “*existência de alternativas e possibilidade concreta de*

escolha entre elas” (BARROCO, 2008, p. 26), acompanhada das condições objetivas que permitam sua materialização.

O terreno dos desafios postos para as mulheres brasileiras não foge ao quadro histórico situado no tópico anterior, mas, antes, recai sobre elas com o peso das particularidades de uma aliança entre patriarcado e capitalismo, que, se por um lado, particulariza a condição social das mulheres pelas desigualdades salariais, na divisão desigual das tarefas domésticas, na relação com o corpo e na inserção na vida política fora do espaço do lar, por outro, todos esses elementos não podem ser tomados como aspectos isolados dos determinantes macrosociais e do eixo da produção, situando essas questões na articulação com a classe social.

No contexto de crise do capital, Hirata aponta três elementos que merecem destaque no cenário da mundialização contemporânea; embora em um trecho longo, é importante atentar para as particularidades dos trabalhos realizados de modo prevalecente pelas mulheres no capitalismo:

[...] em primeiro lugar, as políticas neoliberais de desregulamentação, de abertura dos mercados, como corolário as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação, a externalização da produção. [...] Em segundo lugar, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, a expansão das redes e a financialização (capitalização)

O terreno dos desafios postos para as mulheres brasileiras não foge ao quadro histórico situado no tópico anterior, mas antes, recai sobre elas com o peso das particularidades de uma aliança entre patriarcado e capitalismo,

das economias conduziram a uma ascensão do trabalho assalariado das mulheres do sul nos anos 1990, em setores como a informática, os centros de chamadas telefônicas, o telemarketing [...]. Enfim, o novo papel das organizações internacionais, paralelamente à regulamentação pelos Estados-Nações e pelas empresas multinacionais, tem também consequências sobre as mulheres: as políticas explícitas de igualdade profissional, por exemplo, têm efeitos sobre o emprego (2009, p. 86-88).

Com efeito, esses elementos reafirmam a relação direta da condição da mulher com as determinações societárias do modo de produção capitalista. Os exemplos chamam atenção para a migração de mulheres na luta pela sobrevivência – como a predominância de mulheres no setor de telemarketing, reforçando o mito de suavidade na voz, de agradabilidade no convencimento – e as insere no contexto da política mais ampla, com destaque para o papel do Estado e os rebatimentos da política econômica nas novas formas de vida e de trabalho de homens e mulheres, estas com especificidades do modo como se articulam capitalismo e patriarcado.

Ao considerarmos que as condições humanas e sociais são determinadas no complexo processo da luta de classes que é movida pela contradição central *capital-trabalho*, é necessário “relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora” (CISNE, 2009, p. 38).

Na contemporaneidade, recaem sobre a mulher as exigências de uma sociedade que articula esses valores machistas e androcêntricos de dominação à configuração da exploração capitalista, determinada pelo antagonismo capital-trabalho, configurando uma situação de “dominação-exploração” (SAFIOTTI, 2004) particularizada por essas desigualdades para as mulheres.

Na contemporaneidade, recaem sobre a mulher as exigências de uma sociedade que articula esses valores machistas e androcêntricos de dominação à configuração da exploração capitalista, determinada pelo antagonismo capital-trabalho, configurando uma situação de “dominação-exploração” (SAFIOTTI, 2004) particularizada por essas desigualdades para as mulheres.

Nesse sentido, demarcamos aqui a concepção política que o enfrentamento desse quadro não pode se dar senão com ênfase na luta anticapitalista, sendo o contexto da crise profícuo para o aprofundamento da opressão às mulheres, tendo as lutas feministas também um viés classista.

Corroboramos aqui com a afirmação de Mészáros (2002):

[...] é preciso enfrentar a questão do *tipo de igualdade* viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam distribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição (p. 273).

Um outro aspecto da luta das mulheres no capitalismo diz respeito às reivindicações por direitos no marco das propostas legais, das reformas e da política da participação, evidenciando os limites da concepção de emancipação perpetrados pelo sistema capitalista. No que pese os avanços no campo legal, especialmente com a promulgação de uma lei específica que prevê a punição à violência contra as mulheres em 2006, assistimos ao desmonte dos direitos sociais mais amplos e, nesse processo, a não efetivação das propostas legais contidas no avanço jurídico.

A despeito desses limites, Saffioti (2013) aponta que:

Na verdade, de modo subjacente, o conservantismo determinava a continuidade e mesmo o fortalecimento de certos preconceitos, tais como os de raça ou de cor e de sexo. Em diversos setores da vida social brasileira, estabeleceram-se assim, verdadeiros hiatos entre as relações sociais efetivas e as suas regulamentações jurídicas, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade de que estava prenhe a segunda (p. 357).

Seguimos a rota das lutas feministas com vistas a incidir na atual configuração das políticas sociais, especialmente nas políticas para as mulheres, na perspectiva de exercer o controle social das políticas e efetivar o projeto político do feminismo frente às respostas que vêm sendo dadas pelo Estado e à configuração do direito, em sua densidade histórica, evidenciando contradições quando se apresenta como um mecanismo funcional à manutenção da divisão de classes na sociedade capitalista e, em determinados contextos históricos, assume a condição de estratégia das classes trabalhadoras em sua luta contra formas de exploração e de opressão.

Para as mulheres, a aproximação com os direitos previstos legalmente e que mecanismos existem ou precisam existir para sua efetivação situam esse processo no contexto das políticas sociais brasileiras, tensionadas pelo processo de minimização dos recursos que visam amenizar as expressões da questão social e a maximização de recursos destinados a subsidiar a política macroeconômica, contradição que permeia a relação Estado x sociedade no capitalismo contemporâneo e nas particularidades da realidade brasileira.

Somente a vinculação ao caráter histórico que determina a cultura de desigualdade para a vida das mulheres, aliada à condição de classe que separa mulheres ricas e brancas de mulheres pobres e, em sua maioria negras, revelada através de fatos concretos do cotidiano a exemplo das desigualdades no mundo do trabalho, põem na ordem do dia as reais condições em que se encontram as mulheres. É inegável que, mesmo submetidas às distintas formas de dominação, mulheres ricas e pobres, encontram condições de enfrentamento distintas, determinadas pela sua classe.

Situando as problemáticas que caracterizam a vida das mulheres no âmbito de um processo histórico da vida social, havemos de reconhecer, acerca da perspectiva histórica e material, que esta “possibilita pensar as práticas sociais, a construção das institui-

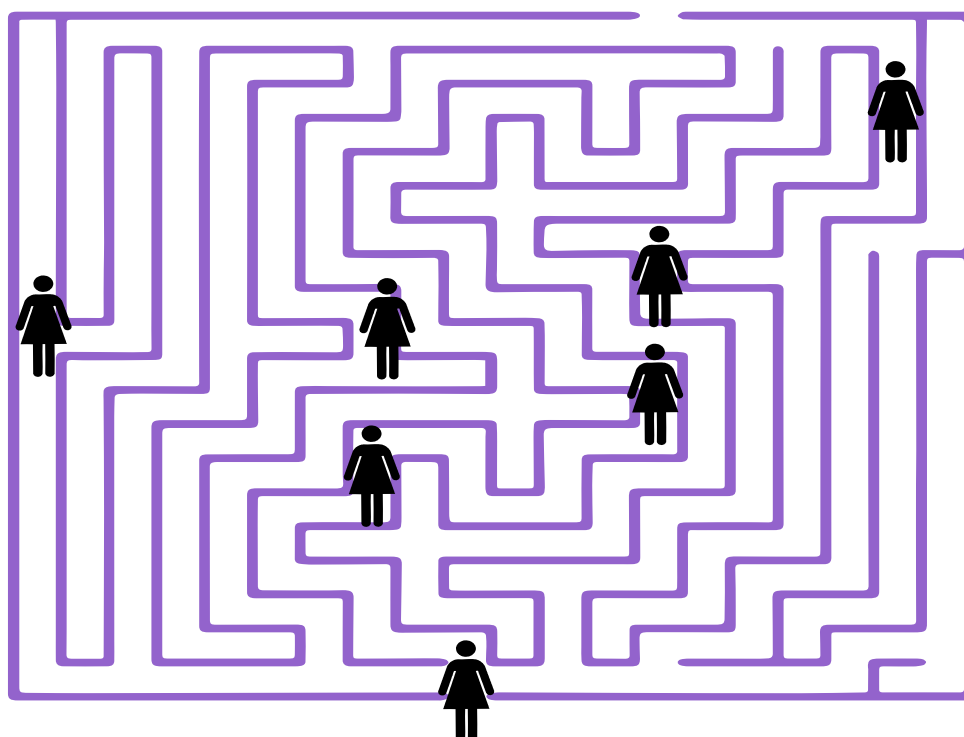
ções, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista” (ARAÚJO, 2000, p. 65).

Nesse sentido, nos vinculamos aqui à perspectiva que entende que:

A questão da opressão da mulher só pode ser resolvida se se romper com a ordem econômica vigente. A luta contra a discriminação de gênero é fundamental porque dá visibilidade à situação da mulher, mobiliza as mulheres contra toda e qualquer manifestação de machismo e de opressão, aumenta seu grau de consciência e expõe as mazelas do sistema, revelando o grau de hipocrisia dos governos e instituições burguesas em relação à “liberdade” da mulher nos tempos modernos. No entanto, ela se restringe a isso, ela tende a afastar a mulher trabalhadora das organizações de sua classe, levando-as para as ONGs e grupos feministas policlassistas.

A luta pela igualdade de gêneros, que é a luta contra a opressão da mulher, só pode ser travada no marco de um enfrentamento com o capital, pelo fim da exploração da classe trabalhadora (TOLEDO, 2012, p. 118-119).

Nesse sentido, a luta das mulheres sem uma perspectiva de classe pode incorrer na ilusão de superação de desigualdades no campo da superestrutura e, além disso, na nossa análise, a liberdade das mulheres deve pressupor, antes de tudo, a liberdade huma-



na, por meio do “domínio consciente sobre o processo de autoconstrução genérica e sobre o conjunto do processo histórico [...]” (TONET, 2005, p. 15).

No contexto do conservadorismo brasileiro atual, assistimos ao desmonte dos direitos conquistados com a Constituição de 1988 e um arsenal de projetos de lei que atacam diretamente às mulheres, do qual é exemplo o PL 50/69, que criminaliza todas as formas de aborto, inclusive em caso de estupro, propondo proibir toda e qualquer forma de manifestação individual ou coletiva em defesa da autonomia das mulheres com seu corpo.

Sabemos ainda que a ascensão conservadora da intolerância vigente resulta de um processo de fortalecimento dos valores da classe dominante e de sua hegemonia na condução das decisões políticas no país e mais uma vez reforçamos nosso posicionamento de que, nesse contexto, a saída não pode ser segmentada, havendo a necessidade primeira de uni-

No contexto do conservadorismo brasileiro atual, assistimos ao desmonte dos direitos conquistados com a Constituição de 1988 e um arsenal de projetos de lei que atacam diretamente às mulheres, do qual é exemplo o PL 50/69, que criminaliza todas as formas de aborto, inclusive em caso de estupro, propondo proibir toda e qualquer forma de manifestação individual ou coletiva em defesa da autonomia das mulheres com seu corpo.

ficar a classe trabalhadora para a construção de uma pauta de seus interesses e construção de estratégias de luta que já não podem ser feitas poupando as investidas neoliberais do estado brasileiro e, segunda, a de não romper com a ilusória ideia de que a condição dos homens é o horizonte da luta das mulheres, quando já é evidente que homens e mulheres sob a égide capitalista jamais poderão se dizer iguais, no sentido substantivo do termo.

4. Aproximações conclusivas

Uma clara questão que situa as lutas feministas no conjunto das lutas mais gerais é a dimensão da totalidade social vinculada à teoria marxista, da qual se aproximam as fontes bibliográficas utilizadas nesse

texto. A teoria social marxista não é, nem de longe, predominante nos estudos de gênero e feminismo, tendo este trabalho, também, um aspecto político de retomar alguns princípios da luta de classe e da complexidade que a envolve, especificamente aqui as particularidades das lutas feministas e, nesse campo, os desafios postos para a vida das mulheres.

Do ponto de vista mais geral, vimos que o capital, enquanto sistema econômico, político e social que carrega consigo a capacidade de entrar em declínio quanto aos lucros, não pode ser tomado como sistema apenas de produção, mas, levando-se em conta também a totalidade da vida social, necessita da articulação com a circulação e o consumo para se realizar e, se esse movimento não acompanha o ritmo da produção, intercorre-se sistematicamente a crise, própria desse movimento, caracterizada como estrutural.

No âmbito das expressões dessa crise, destacamos que as mesmas afetam não só a esfera do trabalho, mas todas as dimensões da vida humana, além de recrudescer os níveis de desigualdades, de forma crescente, em um movimento caracterizado por Netto (2013) como o caminho para a barbárie.

Como aspectos centrais dessa crise estrutural encontram-se a redefinição do Estado e o aporte ao neoliberalismo como formas de viabilizar a expansividade dos lucros, embora essas investidas, ainda que garantindo a duras penas seus objetivos, não tenham alcançado longos períodos de expansão, implicando em drásticas consequências para a classe trabalhadora.

As lutas encampadas pelo movimento feminista, ao nosso entender, jamais podem estar desvinculadas desse contexto e tão pouco podem ser tratadas apenas no campo das particularidades da mulher, pois a dimensão estrutural da crise atinge a universalidade humana, de modo que toda e qualquer estratégia de superação de opressão ou dominação só alcançará êxito em um padrão de relações que não tenha como base a desigualdade, o que não pode ser alcançado nos limites do capital.

Nesse sentido, as atuais reivindicações feministas pela igualdade formal e pela liberdade do corpo e de aspectos da subjetividade, ao nosso ver, distanciam-se do conjunto das lutas anticapitalistas unificadas

às investidas das lutas por direitos humanos sustentados pela via legal e pela formalidade jurídica, em um momento histórico que polariza as conquistas legais versus os recuos no campo das lutas coletivas e políticas, não avançam no sentido de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Ao considerarmos a questão da desigualdade das mulheres como elemento particular da história humana, sustentada pelo sistema patriarcal e permeada pelas múltiplas faces do capitalismo, reafirmamos a necessária articulação entre luta feminista e luta de classes como único meio pelo qual se pode alcançar a igualdade substantiva.

Considerando que as mulheres são entendidas aqui como sujeitos particulares, em uma mediação entre sujeito humano-genérico e mulheres singulares, nos interessa afirmar que a construção de uma identidade masculina ou feminina passa pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos indivíduos e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais e econômicos, se considerarmos a dimensão de totalidade que incide sobre a formação humana. Sob essa perspectiva, chamamos atenção para a complexidade que, no capitalismo, atinge o processo de sociabilidade, uma vez que, impulsionados pelo trabalho como fundante da sociabilidade humana, os seres sociais, homens e mulheres, sem deixar de considerar a incidência de diferenças e de desigualdades nesse processo, se constituem afastando-se cada vez mais das relações naturais e orgânicas.

As relações de gênero e o capitalismo se constituem independentemente entre si, mas, no conjunto das relações contemporâneas, não se pode apreender as particularidades da formação do ser homem e do ser mulher fora do contexto de exploração e de opressão a que estão submetidos e submetidas. Da mesma forma, o capitalismo se mantém apropriando-se das particularidades dessas relações, em um movimento de aprofundamento das desigualdades. Há uma pressão do capitalismo sobre as chamadas desigualdades *extraeconômicas*, como é o caso das de gênero, “uma espécie de oportunismo sistemático, que permite ao capitalismo aproveitar-se dela”, conforme Wood (2003, p. 231)⁴.

Nesse embate, não há receita ou caminhos pré-traçados, estando postos os desafios cotidianos da

rearticulação das lutas sociais e do fortalecimento da classe trabalhadora – luta e sonho de homens e mulheres. Contudo, não podemos perder de vista a luta por uma nova ordem societária, sem esquecer que devemos potencializar a solidariedade e o reconhecimento no/a outro/a, que o projeto de sociedade vigente não nos contempla e que, com ternura e ousadia, gritaremos, até que o mundo inteiro nos ouça e grite junto. **US**

notas

1. Destacamos que as implicações contemporâneas do capital se expressam pela via do capitalismo monopolista e sugerimos para um aprofundamento dessa categoria o livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, de José Paulo Netto.

2. A alienação é, na sociedade capitalista burguesa, conforme Lessa e Tonet (2008), a capacidade que o capital tem de submeter o homem, na sua individualidade, e todas as relações sociais que eles criam ao capital. Para os autores, “No plano individual, uma vida de sucesso é a vida de alguém que acumulou riqueza. Ser bem sucedido é quase sinônimo de ter se tornado rico. No plano social, os homens são reduzidos à força de trabalho, que nada mais é do que uma mercadoria como outra qualquer” (p. 98).

3. Entendido como sistema de dominação dos homens sobre as mulheres e que está presente em todos os lugares, podendo inclusive ser apropriado pelas próprias mulheres. A esse respeito, ver Saffioti (2004).

4. O termo extraeconômicas é alcunhado por Helen Wood na obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003. Para ela, são explorações não diretamente relacionadas ao campo da produção econômica, que, no entanto, não podem ser desvinculadas da mesma.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. IN: **Revista Crítica Marxista nº 11**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000, p. 65-70.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. Biblioteca básica de Serviço Social, Vol. 4. São Paulo, Cortez, 2008.

CISNE, Mirla. A relação orgânica entre gênero e patriarcado na sociedade capitalista: uma análise teórico-crítica. Consulta Popular. Cadernos de Debates. **Consulta Popular e Feminismo**. Nº 1. Junho, 2009.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. (Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves). 2. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano III, Nº 2. Recife, SOS corpo, 2009.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. IN: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986. (Coleção Mulheres em Movimento, vol. 1).

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. Ed. Ijuí, Editora Unijuí, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2009.

NETTO, José P. Uma face contemporânea da barbárie. IN: COSTA, Gilmaisa; SOUZA, Reivan. **O social em perspectiva**: políticas, trabalho, serviço social. Maceió, EDUFAL, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

TOLEDO, Cecília (org). **A mulher e a luta pelo socialismo**: clássicos do marxismo. Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky. São Paulo, Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Coleção fronteiras da educação. Ijuí, Editora Unijuí, 2005.

_____. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. IN: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

WOOD, Hellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

referências